



CONTRATO Nº16/2016

EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO/PAVIMENTAÇÃO DE CAMINHOS E ESTRADAS MUNICIPAIS”

---- Aos doze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezasseis, perante mim Ilda Maria Ramos Lourenço Marques, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, exercendo as funções de oficial público da Câmara Municipal de Marvão, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de três de novembro do ano dois mil e catorze, compareceram: -----

---- Como primeiro outorgante o Município de Marvão, pessoa coletiva número 501170162, representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel Martins Frutuoso, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Concelho, Largo de Santa Maria, em Marvão, no uso da competência que lhe confere a alínea a) do número um e a alínea f) do número dois, do artigo trigésimo quinto da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.-----

E -----

--- Como segundo outorgante, a empresa Plenavia-Construção e Conservação de Vias e Valorização Ambiental, Lda, com sede em Rua da Capela n.º 4, Quinta da Sardinha, 2495-185 Santa Catarina da Serra, pessoa coletiva número 505886154, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Leiria, com o capital social de 250.000 € (duzentos e cinquenta mil euros), titular do Alvará de Construção

número 55277, neste ato legalmente representada por José Carlos dos Santos Rodrigues, casado, natural da freguesia de Santa Catarina da Serra, concelho de Leiria, residente na Rua Francisco Pereira da Silva, número 43, bloco c, 3º Dto, 2410-105 Leiria, contribuinte fiscal número 188377365, titular do Cartão de Cidadão número 08475926, e por Maria da Luz dos Santos Rodrigues, casada, natural da freguesia de Santa Catarina da Serra, concelho de Leiria, onde reside na Rua da Canteira, número 5, Magueigia, contribuinte fiscal número 194510336, titular do Cartão de Cidadão número 07047860, ambos na qualidade de sócios gerentes da mencionada sociedade, conforme consulta on-line no sitio da Internet www.portaldaempresa.pt efetuada no dia 12 de outubro de 2016, documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato. Constituem como seu bastante procurador, Joaquim José Parreira Lebre, casado, residente na Rua Feliciano Castilho, lote 2, 5º A, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, contribuinte fiscal n.º 171731380, portador do cartão de cidadão n.º 06057187, conforme procuração que ficará anexa ao presente contrato. ----

---- Reconheço a identidade do primeiro outorgante por ser do meu conhecimento pessoal, bem como e com o mesmo fundamento a qualidade que se arroga e os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato. -----

---- A identidade do segundo outorgante verifiquei-a pela apresentação dos documentos atrás referidos. -----

---- E pelos outorgantes foi dito que nos termos do seguinte clausulado celebram entre si o presente contrato de empreitada: -----

Cláusula Primeira

Objeto

---- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo segundo outorgante ao primeiro outorgante, da empreitada de "BENEFICIAÇÃO/PAVIMENTAÇÃO DE CAMINHOS E ESTRADAS MUNICIPAIS". -----

Cláusula Segunda

Prazo de execução

---- A empreitada objeto do presente contrato deverá ser integralmente executada no prazo de 60 dias de calendário iniciados a contar da data da assinatura do auto de consignação da obra e de termo após o decurso do aludido prazo. -----

Cláusula Terceira

Preço e condições de pagamento

---- 1 – O encargo total do presente contrato é de 157.939,98 € (Cento cinquenta sete mil novecentos e trinta nove euros e noventa oito cêntimos) sendo 148.999,98 € (Cento e Quarenta oito mil novecentos noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos) referentes ao valor da empreitada e 8.940 € (Oito mil novecentos quarenta euros) relativos ao valor do I.V.A.-----

---- 2 – O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado pelo primeiro outorgante ao segundo outorgante mediante a apresentação de Autos de Medição e respetivas faturas, com observância do disposto no artigo 387º e seguintes do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro. -----

Cláusula Quarta

Dotação Orçamental

---- O encargo resultante do presente contrato, cujo número sequencial de compromisso é 12926 tem cabimento no Orçamento Municipal aprovado pela Assembleia Municipal e a classificação orçamental, por onde será satisfeito é a seguinte: Classificação Orgânica: Capítulo zero dois, Classificação Económica: zero sete; zero três; zero três; zero oito. -----

Código do Plano Plurianual de Investimentos: zero nove; zero zero um; dois mil e catorze barra quarenta oito. A dotação global inscrita no orçamento e o saldo disponível



para o ano de dois mil e dezasseis é de 171.750 € (Cento e Setenta e Um Mil Setecentos e Cinquenta Euros). -----

Cláusula Quinta

Caução

---- 1 – Não é exigida caução, por o valor do contrato se confinar nos limites do artigo 88º, do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro e conforme previsto no Caderno de Encargos. -----

---- 2 – Em cada um dos pagamentos serão retidos 10% do seu valor, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, para efeitos de garantia. -----

Cláusula Sexta

Prazo de Garantia da obra

---- Conforme o previsto na clausula 38.º do caderno de encargos o prazo de garantia da obra varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos, e inicia-se a contar da data da assinatura do auto de receção provisória: -----

- a) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; --
- b) Cinco anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----
- c) Dois anos para os defeitos que incidem sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

Cláusula Sétima

Documentos integrantes

---- Na execução dos trabalhos que constituem objecto deste contrato e em todos os atos que lhe digam respeito, o adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto na sua Proposta, Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Lista Contratual de Preços Unitários que para todos os efeitos, fazem parte integrante do presente contrato. -----

Cláusula Oitava

Revisão de preços

--- 1 – A revisão dos preços contratuais será efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, segundo a fórmula tipo F 16 – Conservação de Estradas, de acordo com o Despacho Nº 1592/2004, II Série, de 23 de Janeiro. -----

--- 2 – O pagamento das revisões de preços deverá ser efectuado no prazo máximo de 44 dias, nos termos do art. 17º do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, contados, consoante dos casos: -----

--- a) Das datas dos autos de medição ou das apresentações dos mapas de quantidades de trabalhos previstos nos artigos nºs 387º a 391º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro-----

Cláusula Nona

Foro competente

--- Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco. -----

Cláusula Décima

Legislação aplicável

--- A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e na restante legislação aplicável. -----

Cláusula Décima Primeira

Disposições finais

--- 1 – A empreitada relativa ao presente contrato foi autorizada por despacho do Sr. Vice-Presidente datado de 4 de agosto de 2016. -----

--- 2 – A empreitada objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Sr. Vice - Presidente da Câmara datado de catorze de setembro de 2016. -----

Handwritten initials/signature

--- 3 – A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara datado de catorze de setembro de 2016. -----

Cláusula Décima Segunda

Documentos anexos

- Arquivam-se os seguintes documentos:-----
- a) Identificação dos representantes do segundo outorgante;-----
- b) Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial de Leiria-----
- c) Alvará de Construção; -----
- d) Certidão de não dívida do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;-----
- e) Certidão do Serviço de Finanças de Leiria;-----
- f) Procuração;-----
- g) Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro (registo criminal individual, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, o registo criminal dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas).-----

1º Outorgante

Handwritten signature of the 1st Outorgante

2º Outorgante

Handwritten signature of the 2nd Outorgante

O Oficial Público

Ildefonso Ramos Lopes Marques

Informação de cabimento:

Município de Marvão, de 12 de outubro de 2016

Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

➤ Orçamento Municipal 100%

Orçamento para o ano de 2016

Classificação Orgânica/Económica: 02 07030308 Viação Rural

1 – Dotação inicial ----- 2.500 €

2 – Reforços/anulações ----- €

✓
fu

3 – Congelamentos/descongela-mentos	-----€
4 = 1+2-3 – Dotação corrigida	----- 171.750 €
5 – Compromissos assumidos	-----4.997 €
6 = 4-5 – Dotação disponível	----- 166.753 €
7 – Compromisso relativo à despesa em análise	----- 157.939,98 €
8 = 6-7 – Saldo residual	-----8.813,02 €

O Chefe de Divisão,


